



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 6

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CASA DA CULTURA - MUSEU DA ESCOLA

07 DE DEZEMBRO DE 2022

PRESENCAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

a) Mesa da Assembleia Municipal:-----

Presidente: Marcial Gundar Rodrigues (PS);-----

Primeiro Secretário: Artur Armando Ribeiro da Mota (PS);-----

Segundo Secretário: Paula Cristina Mendes Fernandes (PS);-----

b) Outros Membros da Assembleia Municipal:-----

Álvaro dos Santos Borges (PS);-----

Domingos Manuel Dias Sabroso (PS);-----

Carlos Alberto Faria Gonçalves (PS);-----

Álvaro Manuel Alves Rodrigues (PS);-----

Ana Patrícia Mucha Fernandes (PS);-----

Márcio José Barreiro Marcelino (PS – Junta de Freguesia de Canedo);-----

Fernando Manuel Pereira Lourenço (PS – Junta de Freguesia de Cerva e Limões);-----

Daniel Fernando Machado Carvalho (PS – Junta de Freguesia de Salvador e Santo

Aleixo de Além Tâmega);-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Domingos de Jesus Teixeira (PS – Junta de Freguesia de Santa Marinha);-----

Armindo Manuel Ferreira da Costa (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Manuel António Alves Costa (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Sílvia Maria Cardoso Rodrigues (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Paula Margarida Rodrigues Ribeiro da Costa (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Agostinho da Costa Rego (Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Junta de Freguesia de Alvadia);-----

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

Tânia Patrícia Medeiros Teixeira (PS), com justificação de falta;-----

José Manuel Leite Lopes (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), sem justificação de falta;-----

Senhorinha Olímpia Gonçalves (Coligação PPD/PSD-CDS/PP) sem justificação de falta;--

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Presidente: João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho (PS).-----

Vereador: Luís Manuel Rodrigues Ferreira (PS);-----

Vereadora: Isabel de Jesus Lourenço da Silva Machado (PS);-----

Vereador: Carlos Alberto Marinho Carvalho (PPD/PSD-CDS/PP);-----

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Vereadora: Carla Alexandra Meireles Costa (PPD/PSD-CDS/PP).-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

OUTRAS PRESENCAS:-----

ABERTURA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão às 09:00 horas, endereçando um pedido de desculpas membros da Assembleia Municipal pelo atraso no envio dos documentos, assumindo que tal que não se voltaria a suceder, colocando, ainda, à consideração dos membros a possibilidade de se adiar a sessão. O membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, em nome da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, disse que sendo entendimento de todos, também concordavam com a continuação da sessão. Referiu que o membro municipal da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, Fernando António Martins Lage, tinha comunicado a impossibilidade de estar presente na sessão, contudo, não tinha sido convocado o membro imediatamente a seguir para substituição, pelo que, solicitou que fosse feita a substituição para o membro Armindo Manuel Ferreira da Costa, já presente na sessão. Em resposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o membro municipal Fernando António Martins Lage tinha enviado o pedido de substituição às 22h40 do dia anterior, considerando que a essa hora os serviços da Câmara Municipal não estavam a funcionar, pelo que não foi possível proceder à substituição, contudo transmitiu que, de forma excecional, admitia-se a substituição do membro Fernando António Martins Lage pelo membro municipal Armindo Manuel Ferreira da Costa.-----

-----**PERÍODO "DA ORDEM DO DIA"**-----

PONTO UM - Presente, para conhecimento, 3ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento e 11ª alteração permutativa ao orçamento da despesa.---

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se seria necessário algum esclarecimento sobre o conteúdo do mesmo.-----

PONTO DOIS - Presente, para aprovação, aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre a Comunidade



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intermunicipal do Alto Tâmega e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento aos Contratos Interadministrativos.-----

PONTO TRÊS - Presente, para aprovação, proposta de taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI) 2023.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI) 2023.-----

PONTO QUATRO - Presente, para aprovação, proposta de documentos previsionais 2023 (orçamento e normas orçamentais; grandes opções do plano e mapa de pessoal e plano anual de recrutamento).-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com os votos a favor do Grupo Municipal do PS (12 votos), com a abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Alvadia (1 voto) e com os votos contra do Grupo Municipal da coligação PPD/PSD-CDS/PP (4 votos), que apresentou a seguinte declaração de voto: *“Uma vez mais afere-se que, nos documentos previsionais são descuradas em absoluto as questões ambientais. Da análise dos mesmos, nenhuma estratégia se vislumbra no que concerne a iniciativas que visem a recuperação dos nossos rios para aos seus estados naturais, livres de poluição. Questionando-se, assim, a defesa, preservação e conservação do meio ambiente não é questão de manifesta importância!? Não conseguimos compreender nem aceitar tal inércia posto que, a inação, nestas questões, é idónea a delapidar aquela que é a maior riqueza do nosso concelho a singularidade dos seus recursos naturais. E atente-se que, dos documentos previsionais 2023, também não se encontra preconizado qualquer investimento e soluções que permitam evitar os graves problemas no abastecimento de água com que, no Verão passado nos viemos a deparar. Problema que já se havia verificado em Verões transatos e que, incompreensivelmente, veio a persistir e que, certamente, persistirá caso se opte pelo desinvestimento em tal área. Aliás, as alterações climáticas e necessidade de prover pela manutenção e melhoramento dos recursos hídricos é preocupação mundial e prioridade de todos os que assumem a real missão de*



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assegurar o bem estar das suas populações. Os Ribeirapenenses que aqui residem todo o ano, os nossos emigrantes, que muito nos alegram com o seu regresso aquando das suas férias de Verão, e todos os visitantes que por aqui passaram e passam merecem encontrar um concelho rico em água tal com sempre o foi e é. E atente-se que, à semelhança do que já se havia constatado nos documentos previsionais referentes ao ano de 2022, dos agora apresentados e relativos a 2023, também não resultam quaisquer medidas que visem fomentar a criação de emprego qualificado por forma a alcançar a manutenção e fixação de pessoas no nosso concelho e a combater a crescente tendência da desertificação humana que, a manter-se, deixará o nosso concelho confinado ao triste no cenário de aldeias desertas. E também não se compreende, nem aceita, que face à atual conjuntura - inflação a níveis inoportáveis, custos energéticos em crescente e todas as demais dificuldades sentidas pela generalidade da nossa população com tendência somente a piorar - não se encontrem plasmadas, nos documentos previsionais 2023, medidas sociais com a eficácia que se impunha à semelhança do que tem sido preconizado em muitos outros concelhos. E atendendo-se, ainda, que o orçamento para 2023 prevê uma receita e despesa total de 28.135.388,60€. E que nas fontes de receita, constantes na conta – Vendas de Bens e Serviços consta o montante de 6.339.040,68€. E que, nos anos transatos o valor médio histórico desta conta, é de cerca de um terço, de acordo com o aprovado no relatório de contas de 2021 (1.821.580,24€) e 2020 (2.676.550,12€) não se consegue vislumbrar a base legal para o apuramento desta receita para 2023. E considerando que, o mesmo se aplica ao ponto 9: Venda de Bens de Investimento com uma dotação 857.376,06€. O que, salvo melhor opinião, poderá configurar empolamento da receita, o que a verificar-se consubstanciará irregularidade, nos termos do ponto 3.3 do POCAL e da Lei do Orçamento de Estado conforme o disposto no artº 97º. E aferindo-se que, das receitas inerentes a passivos financeiros se prevê o aumento do endividamento bancário do Município e resultando das normas orçamentais de 2023, no artigo 30º proposta adicional de autorização de contratação de mais um empréstimo no montante 1.000.000€. E atendendo-se, ainda, que o montante de transferências da administração Central (FEF) para o ano de 2023 não



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cobre a despesa com funcionários, encargos e amortização de dívida bancária. E que, o orçamento apresenta para 2023, o montante de 6.556.178,89€ de despesa com funcionários e que, em 2025, tais custos ascenderão a 6.871.951,77€, ficando, assim, esgotada a totalidade do montante de transferências da administração Central. Cenário que poderá conduzir à insustentabilidade financeira. E aferindo-se dos documentos apresentados que não existe provisão para a cobertura dos processos judiciais em curso, que ascendem o montante de 1.684.037,05€ e que caso o Município venha a ser condenado no pagamento de tal quantia ou em parte dela terá de recorrer a mais endividamento ou deixar de cumprir com as suas obrigações. Os membros municipais eleitos pela coligação "Juntos por Todos" declaram que votam contra, com voto de vencido, o presente ponto da ordem do dia. Ribeira de Pena, 7 de Dezembro de 2022."-----

Devidamente autorizado, o membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, questionou se iriam levar a cabo em 2023, a obra de Requalificação da Estrada Municipal 312 de Cerva a Asnela, uma vez que a mesma constou no orçamento 2022 e não foi realizada. Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as obras constantes do Plano Plurianual de Investimento serão para executar durante o mandato de 4 anos, e que estavam apenas no primeiro ano de mandato.-----

Usou novamente da palavra, o membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues que, frisando a conjuntura atual, questionou se iriam ser concedidos apoios às empresas do concelho e se estava previsto a adoção de algumas medidas novas ou o reforço dos apoios sociais que já existem para as famílias do concelho.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, em relação às empresas, existiam mecanismos próprios que o Estado concedia às empresas, e que não era competência dos Municípios subsidiar empresas, sendo que, na altura do Covid-19 o Município teve vários programas de apoio ao comércio local, frisando que as empresas tinham também ao seu dispor diversos fundos comunitários disponíveis aos quais se poderiam candidatar, alguns deles através da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. Em relação ao orçamento do Município, referiu que se encontrava plasmado as dificuldades monetárias, que infelizmente não era só Ribeira de Pena,



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas também todo o País se encontrava numa situação complicada, devido à guerra, que tem vindo a causar grandes constrangimentos e dificuldades para todos os Municípios. Acrescentou que, no domínio da transferência de competências, constatou-se que as verbas afetas se revelam manifestamente insuficientes, pelo que muitas dessas atividades serão levadas a cabo com a afetação de recursos próprios. Quanto à questão das famílias, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, durante o mês de dezembro iria ser pago o apoio social dos medicamentos, valor esse que ultrapassava os 70 mil euros, e também o pagamento das bolsas de estudo aos estudantes universitários. Transmitiu, ainda, que foram aprovadas duas candidaturas para a habitação social, uma candidatura para a reabilitação de habitações que irá abranger 56 famílias e outra candidatura para a reabilitação de dois edifícios, um em Cerva e outro na sede do Concelho, para a criação de oito habitações sociais e dez habitações sociais, respetivamente. Referiu, ainda, a candidatura aprovada do PRR, para a construção das ERPI's de Santo Aleixo e de Santa Marinha, terminou assim, dizendo que, as questões sociais iriam estar sempre nas prioridades do executivo camarário.-----

Usou da palavra, o membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, para questionar se os apoios existentes iriam ser mantidos ou se iriam ser reforçados, referindo que vários Concelhos tinham anunciado medidas extraordinárias para fazer face à situação atual, à inflação e ao aumento dos custos energéticos, que no seu entender as medidas deveriam ser reforçadas por forma a evitar que as famílias tivessem dificuldades, mencionando, ainda, que o apoio dado aos estudantes lhe parecia insuficiente, tendo em conta o aumento do preço dos transportes, da alimentação e do material escolar. Apontou como prioridade a defesa dos interesses da população, considerando que as ajudas são necessárias, e que na análise do orçamento e do despesismo verificado, indicou que existiam bens e serviços que na sua opinião, poderiam ser canalizados para outras verbas, por forma a dar uma resposta eficaz à atual conjuntura, salientando que os apoios existentes seriam insuficientes, e que no seu entendimento poderia ser feito mais.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Município de Ribeira de Pena já disponibiliza o transporte para os estudantes universitários, quer para Vila Real ou para Guimarães.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigindo-se ao membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, solicitou que este esclarecesse em concreto o despesismo referido.-----

Em resposta, no uso da palavra o membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, transmitiu que, atendendo à atual conjuntura, muitas das obras poderiam aguardar pelo momento em que os materiais e a mão de obra ficassem mais baratos, uma vez que na sua opinião, primeiro estão as pessoas e depois as infraestruturas.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, mencionou que as questões colocadas pelo membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, já haviam sido colocadas pelos membros do executivo na última reunião de Câmara Municipal. Disse que, pela vontade do membro municipal, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, as obras eram desnecessárias, e que o Município de Ribeira de Pena deveria deixar passar a oportunidade de ir buscar os fundos comunitários, e assim dar a oportunidade dos outros Municípios do Alto Tâmega poderem ficar com as verbas. Sobre a área social, transmitiu que era confrangedor a demagogia que a senhora Deputada fazia, tendo em conta as medidas existentes na área e que não se recordava de em tempo algum existirem tantas medidas de apoio como agora, e que, se o executivo municipal seguisse a opinião da senhora Deputada Sílvia Rodrigues, não teria realizado as obras do saneamento, a obra das Casas Novas, nem a obra da Piscina Coberta Municipal, tendo esta última, sido inaugurada, em 30 de novembro, património esse que esteve abandonado durante anos, devido à péssima gestão do PSD, inauguração essa que contou com a presença do senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel, e com a ausência, intencional dos membros da bancada Coligação PPD/PSD-CDS/PP. Em relação ao abandono do património, achou curiosa a forma como foi abordado nas redes sociais o abandono do Edifício da Câmara Municipal, património este que se foi degradando ao longo dos anos e por vários executivos que por ali passaram, não podendo o executivo atual se



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilizado pela degradação daquele património, que o executivo atual pretendia requalificar esse património, contando já com um apoio de 600.000,00€ contratualizado com o Estado, apoio esse em que os vereadores da oposição foram incapazes de votar favoravelmente, sendo já uma constante esta forma de estar da oposição.-----

O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues solicitou intervenção, em defesa da honra, afirmando que o senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha percebido o sentido de alcance das suas palavras, tendo generalizado, e que era absolutamente falso, pois nunca tinha referido que estava contra as obras, o que tinha dito era que certamente existiriam obras cuja execução poderia ser retardada face à conjuntura atual, não tendo especificado quais. Em segundo lugar fez referência à forma difamatória da ausência dos membros da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, referindo que se as Assembleias Municipais fossem agendadas para outro horário que não os das 09h00, ficariam com mais tempo para poderem participar nos eventos, sendo certo que esse horário era claramente prejudicial para quem é profissional liberal, que trabalha por conta própria, mencionado que se as sessões fossem agendadas para o final do dia, como é comum noutros concelhos, ficariam com mais tempo, para se poderem dar ao luxo de ir a uma inauguração, pelo que se o horário das sessões da Assembleia Municipal fosse alterado teria mais disponibilidade para estar presente nos eventos.-----

O senhor Presidente Assembleia Municipal referiu que era muita coincidência, quer por motivos profissionais ou por outros motivos, que não tivesse estado ninguém presente, a não ser o senhor Presidente da Junta de Alvadia. Em relação ao horário das sessões da Assembleia Municipal referiu que é do seu conhecimento pessoal que grande parte das sessões das Assembleias Municipais noutros concelhos não se realiza no horário pretendido pelo membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues.-----

Usou da palavra, devidamente autorizado, o membro municipal Álvaro dos Santos Borges, dizendo que gostaria de perceber quais eram as propostas, apresentadas pela bancada da oposição, para o desenvolvimento do Concelho, uma vez que não tinha conseguido identificar nenhuma proposta.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, transmitiu, a título de curiosidade, que não deixava de ser caricato a ausência sistemática dos membros da Coligação PPD/PSD-CDS/PP da Assembleia Municipal e do executivo camarário, nos eventos promovidos pela Câmara Municipal, referindo que todos os funcionários do Município de Ribeira de Pena tinham tido dispensa para estarem presentes, e que nem assim o senhor Deputado Manuel Costa, como funcionário, esteve presente. Em resposta, o membro municipal Manuel António Alves Costa disse que não tinha comparecido pelo motivo de ter estado em Vila Real a ser ouvido como testemunha na Policia Judiciária.-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerva e Limões interveio no sentido de frisar que, relativamente ao desacelerar das obras levadas à cabo pelo Município, tendo em conta que cerca de 80% das obras são executadas por empresas do concelho, empresas essas que empregam muita gente, que no seu entender não seria benéfico nem para as empresas, nem para o concelho, e que iria trazer, dois aspetos negativos: não cresceríamos enquanto concelho e iríamos enfraquecer as empresas.---

O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, no uso da palavra, referiu que subscrevia todas as propostas que tinham sido apresentadas pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP, aguardando que em relação às mesmas fosse feito alguma coisa. Em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerva e Limões, disse que em momento algum, tinha referido que as obras deveriam parar ou deixarem de ser feitas, que apenas tinha referido que em situações pontuais poderiam ser adotadas outras soluções, comprometendo-se a apresentar na próxima sessão um elenco de medidas alternativas ao nível dos apoios sociais e também informação sobre as obras.-----

O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, no uso da palavra, questionou sobre os preços da água, dos saneamentos e dos resíduos para 2023, se estava previsto alguma diminuição dos preços ou se iriam manter. Disse, ainda, que ao nível da sustentabilidade, estava preocupada que num futuro próximo, corrêsemos o risco de não conseguir cumprir com a remuneração dos funcionários da Autarquia, uma vez que o valor a despender no orçamento em 2023 com tais encargos, ascendia ao valor de 6.5 milhões de euros. O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, a



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal estava a cumprir os mínimos exigidos pela ERSAR, pelo que enquanto for possível apenas será cobrada a taxa mais baixa que existe, sendo que, dessa forma, indiretamente acabavam por subsidiar os munícipes. Em relação ao vencimento dos funcionários da Câmara Municipal, disse que, que registada a preocupação da senhora Deputada sobre a possibilidade do Município não conseguir pagar os vencimentos aos funcionários, salientando que era importante que os funcionários recebam atempadamente, independentemente de alguns funcionários estarem a receber 14 meses de ordenado e só trabalharem 1 ou 2 meses por ano, ao contrário da maioria dos funcionários que cumprem, na generalidade, as funções que lhe são exigidas. Referiu, ainda, que os novos técnicos da Câmara Municipal, jovens do concelho, são altamente qualificados que estão ao serviço da população de Ribeira de Pena e que tem vindo a exercer com capacidade as funções que lhe são atribuídas, honrando o emblema da camisola que trazem ao peito, em detrimento de outros que tudo fazem para não fazer nada, sabendo que no fim do mês vão receber o vencimento na mesma. Por último, referiu que a demagogia era algo que estava intrínseco aos deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, uma vez que não eram capazes de em concreto, indicar qual a obra propõe que o executivo deixe de fazer ou se suspenda a respetiva execução.-----

O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, solicitou intervenção, para questionar sobre qual o investimento previsto para o Parque da Carvalheda, em Cerva, e sobre o número de funcionários estão naquele espaço, referindo que recentemente tinha passado no Parque e que pôde aferir que não existem lá trutas e que aquele espaço não está dotado de condições de segurança, nem se encontra no melhor estado para que as pessoas o passam visitar. Em resposta, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, disse que era preocupação da autarquia dotar aquele espaço com condições para poder abrir ao público, tendo sido colocados lá funcionários, com formação específica para que pudessem dar resposta a essa preocupação, porém os funcionários estão sempre com atestado e por isso torna-se complicado desempenharem as funções que lhes foram atribuídas. Em relação às trutas, transmitiu que anteriormente tinham tentado colocar trutas, mas que era de todo impossível,



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez que o tanque existente projetado pelo anterior executivo da coligação PPD-PSD/CDS-PP não reúne condições técnicas para albergar essa espécie, comunicando que, se assim o entendessem, poderia na próxima sessão da Assembleia Municipal, convocar a técnica responsável por aquele espaço para um melhor esclarecimento sobre a situação.-----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que era curioso o facto da senhora deputada ter identificado em concreto a questão do Parque da Carvalheda, em que os funcionários lá colocados, coincidência das coincidências, estavam constantemente com atestados de doença. Quanto à produção das trutas, disse que realmente o projeto tinha sido desenvolvido para esse fim, contudo tinha sido mais uma das obras da gestão dos executivos PPD-PSD/CDS-PP que absorveu muito dinheiro do Município sem, contudo, cumprir o fim a que se destinava.-----

O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, devidamente autorizada, disse que as questões de saúde dos funcionários do Município não lhe diziam respeito, mas que gostaria que lhe fosse esclarecido quais as funções desempenhadas pelos funcionários afetos ao Parque da Carvalheda, pelo que solicitou que na próxima sessão da Assembleia Municipal, estivesse presente a técnica da Câmara Municipal, para prestar um melhor esclarecimento acerca das funções dos funcionários, bem como outras questões sobre o Parque da Carvalheda.-----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues que fosse mais objetiva quanto às questões colocadas, por forma a evitar que procurasse confundir as pessoas, como pode estar habituada a fazer nos tribunais, referindo, ainda, que não conseguia entender qual era o objetivo para colocarem tais questões, nem qual era o motivo de preocupação com o Parque da Carvalheda.-----

Interveio novamente o membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, que esclareceu que se apresentava absolutamente incorreto fazer uma referência à sua pessoa, à sua atividade profissional, à sua conduta, com todo o respeito para com o senhor Vice-Presidente, contudo essas referências apresentavam-se como ofensivas.

Em relação à objetividade, mencionou as seguintes questões: Qual a formação



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessária para se estar naquele espaço? O que é que vai ser desenvolvido? Qual o plano para o espaço?-----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, endereçou um pedido de desculpas à senhora deputada Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, expressando que não era de todo a sua intenção ofender. Porém, era óbvio que a senhora deputada continuava com essa retórica e demagogia, mas que em relação à sua pessoa não iria surtir efeito. Para finalizar as questões relativas ao Parque da Carvalheda, disse que na próxima reunião estaria presente o técnico responsável para esclarecimento mais técnico.-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerva e Limões, solicitou intervenção, para informar que em relação ao Parque da Carvalheda, a Junta de Freguesia de Cerva e Limões juntamente com a Câmara Municipal, já se encontravam, a algum tempo, a trabalhar por forma a desenvolver aquele espaço e encontrar a melhor solução. Que aquela obra foi idealizada pelo atual Vereador do PPD-PSD/CDS-PP Carlos Marinho, antigo Presidente de Junta de Freguesia de Cerva, tendo sido referenciado com um tanque de pesca desportivo de trutas, mas que o material aplicado no tanque não permite a proliferação das trutas, uma vez que aquece em demasia a água. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizou a intervenção do senhor Vereador Carlos Alberto Marinho Carvalho, que agradeceu a oportunidade para intervir sobre o assunto do Parque da Carvalheda. Começou por dizer que era um projeto com cerca de 12 anos, que tinha sido projetado com o sentido de requalificar aquele espaço, propriedade do Município, para dar vida a esse espaço público, integrado no projeto dos Cervinhas, que poderá ter um uso múltiplo, com a entrada pelo lado das Casas Novas. Quanto à questão das trutas disse que essa questão já o ultrapassava, que era uma questão técnica, colocando-se ao dispor, com seu contributo, no sentido de colocar aquele espaço em funcionamento por forma a abri ao público e todo o Concelho poder usufruir dele.-----

PONTO CINCO - Presente, para aprovação, proposta de contração de empréstimo para financiamento da contrapartida nacional da operação de investimento autárquico aprovada no âmbito dos programas Operacionais do Portugal 2020 /



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias: “NORTE-02-0853-FEDER-037657 – Expansão da AAE da Portela de Santa Eulália” discussão e autorização prévia.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta de contração de empréstimo, com os votos a favor do Grupo Municipal do PS (12 votos) e do Presidente da Junta de Freguesia de Alvadia (1 voto) e com a abstenção do Grupo Municipal da coligação PPD/PSD-CDS/PP (4 votos).-----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, transmitiu que se tratava de um financiamento de cerca de 1 milhão e meio de euros. Encontrando-se o procedimento pré-contratual da empreitada em curso, em fase de análise das propostas, com o preço base do concurso de 2.797.418,28 €, tendo-se apresentado a concurso 11 empresas, cujo preço mais baixo tem uma redução de cerca de 350.000,00€. Disse que parte da obra era financiada por uma candidatura aprovada no âmbito do Norte 2020 e que este empréstimo, através do Banco Europeu de Investimento, correspondia ao restante valor da obra, e que não entrava para o cálculo do limite de endividamento do Município. Reforçou a importância do investimento para a população de Ribeira de Pena, que iria dotar a zona industrial com lotes de grandes áreas, permitindo assim a instalação de grandes empresas. Que a candidatura foi subscrita por várias empresas com a pretensão de se fixarem e desenvolverem a sua atividade industrial, criando, assim, muitos postos de trabalho, que irão certamente contribuir para a fixação dos jovens em Ribeira de Pena e também quem sabe poder atrair pessoas e famílias de outros concelhos.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada, pelas 10h50, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, da qual, para constar lavrou e aprovou a presente ata, que, para efeitos de execução imediata, foi previamente aprovada, por unanimidade em minuta, e vai a mesma ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Marcial Gundar Rodrigues, e por mim, Artur Armando Ribeiro da Mota, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, que a redigi.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ribeira de Pena, em 07 de dezembro de 2022.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

Marcial Gundar Rodrigues, Prof.

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Artur Armando Ribeiro da Mota, Eng.º

